### Ensino Médio

### A diversidade e a conquista da Independência em países Africanos

**Disciplina(s)/Área(s) do Conhecimento:**

História. Geografia.

## **Competência(s) / Objetivo(s) de Aprendizagem:**

* Conhecer os processos de Independência dos Países Africanos como um fenômeno internacional ligado aos contextos do fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria;
* Entender a diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural da África e como isso se refletiu nas estratégias usadas para a conquista da independência;
* Compreender a Europa como um continente diverso que empregou formas diferentes de colonização contemporânea;
* Situar os africanos como os principais agentes de sua própria independência.

## **Conteúdos:**

* Processos históricos da conquista de independência dos países africanos;
* Diversidade do continente;
* Diferenças entre as terminologias “descolonização” e “independência”.

## **Palavras-Chave:**

 Fim da Segunda Guerra Mundial. Guerra Fria. África Contemporânea. Diversidade Cultural, Linguística, Religiosa e Cultural. Trabalho Forçado. Guerrilha.

## **Previsão para aplicação:**

 4 a 6 aulas (50 minutos/aula)

## **Para organizar o seu trabalho e saber mais:**

* No site “História do Mundo”, o(a) professor(a) poderá ler sobre o processo de colonização contemporânea do continente, ocorrido desde o século XIX e consolidado com a assinatura do “Tratado de Berlim” em 1884-1885. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/neocolonialismo.htm> . Acesso em: 09 de agosto de 2018.
* No site “Brasil Escola”, é possível ter acesso a um pequeno resumo a respeito do processo. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-descolonizacao-africa.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

## **Aprofundamento do tema:**

Para a compreensão dos processos, o(a) professor(a) poderá consultar alguns livros ou artigos:

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** Coleção Revoluções do Século XX. Editora Unesp: São Paulo, 2012.

MENESES, Maria Paula. MARTINS, Bruno Sena. (orgs). **As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados.** Grupo Almedina: Coimbra, 2013

KENT, John. **Descolonização e Guerra Fria – a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963).** Revista de Relações Internacionais: Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200003>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África.** *In:* Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Áfricana. Nº1: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Jurema José. **O nascimento de um discurso emancipatório dentro e fora da África no século XX.** Semioses: Revista Científica volume 2, número 1. UNISUAM: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/Semioses/article/view/437>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

COOPER, Frederick. **Conflito e Conexão: repensando a História Colonial da África.** Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Volume 15, número 27: Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6739>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

**Proposta de Trabalho:**

## **1ª Etapa:** Início de conversa - Contexto Histórico

* O Fim da Segunda Guerra Mundial:

 A Conferência de Berlim (1884-1885), partilhou os territórios africanos entre Grã-Bretanha, França, Bélgica, Itália e Alemanha. Portugal e Espanha mantiveram o “direito” sobre os territórios ocupados desde o século XVI. Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu o controle sobre seus territórios e estes foram redistribuídos ou se tornaram protetorados com *status* de independentes. Esse processo de divisão e distribuição dos territórios africanos só pôde existir devido à realidade neocolonialista.

 Do ponto de vista ideológico, um dos principais argumentos para o neocolonialismo foi o “Darwinismo Social”, corrente intelectual racista que partilhava da ideia de que era necessário civilizar os países africanos atribuindo aos ocidentais cristãos e industriais a tarefa de levar a “evolução” ao continente. Graças a isso, as igrejas cristãs, tanto católicas quanto protestantes, foram braços dos Estados europeus na empreitada. Através de missões contemporâneas, os cristãos encarregaram-se da educação e cristianização. A imposição da língua do colonizador como língua oficial em lugar das línguas nativas, também fazia parte desse processo, assim como a supressão das práticas e tradições ancestrais.

 Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a África foi parte integrante e determinante do processo. Locais como Egito e Etiópia foram diretamente afetados por serem palco de batalhas do conflito e, por todo o continente, nativos de áreas colonizadas foram enviados para lutar pelos exércitos beligerantes das grandes potências, sobretudo da Grã-Bretanha e França.

Os africanos, sobretudo os que estavam sob domínio dos italianos, das ex-colônias alemãs e da França – que estava ocupada por tropas nazistas da República de Vinchy – se engajaram ao lado dos aliados contra o nazi-facismo. Ao fim da Segunda Guerra, a África vivenciou um período de crises famélicas e os soldados retornados não obtiveram reconhecimento de suas lutas. É nesse período que o movimento do nacionalismo africano retorna em cada território com características diferentes.

 É importante lembrar que sempre houve resistência africana em relação aos colonizadores, no entanto, durante a guerra, o terror do nazismo e do fascismo, unificou diversas nações. Os africanos lutaram, junto com os Aliados, contra o Eixo e essa luta reverberou também contra sua própria dominação, fazendo com que os movimentos de libertação e partidos nacionais ganhassem novo ímpeto.

 Algumas outras características relacionadas ao período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial são importantes de serem lembradas no âmbito internacional: a Carta do Atlântico, assinada por Churchill e Roosevelt em 1941, que garantia o direito a autonomia dos povos; a fundação da Organização das Nações Unidas, ONU, em 1945; a vitória da URSS sobre o exército alemão e as marcantes crises econômicas que tomaram a França e a Grã-Bretanha no pós-guerra.

 **2ª Etapa:** Sensibilização - Diversidade do Continente Africano e processo de Independência

* Sugestão de Atividade: Apresentar o Continente Africano aos alunos

 Essa atividade pode ser feita de diversas maneiras. O objetivo é demonstrar a diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural da África. Também visa observar as linhas de divisão de territórios do continente que foram feitas durante a Conferência de Berlim e como tal divisão moldou as fronteiras africanas atuais. Isso é importante, visto que ainda persiste a ideia de que a África é um país, é tribal, não fala línguas ocidentais, etc. Assim, será possível para o aluno ir além da discussão geopolítica e compreender também o tamanho do continente em relação a outros países, a localização em relação à Linha do Equador, etc.

 A seguir, algumas sugestões:

1) Em sala de aula:

a) O(A) professor(a) pode projetar o planisfério e localizar, junto com a turma, os paralelos e meridianos, a fim de observar onde se situa o continente, para ver os diferentes climas, a proximidade com Ásia e Europa, etc.

b) Projetar somente o mapa da África e localizar as distintas regiões, a língua falada, a data de sua independência, a religião predominante e/ou oficial, etc.

c) Fomentar um debate no qual se contraponha os conhecimentos prévios a respeito do continente e os adquiridos. Levantar hipóteses sobre as questões colocadas. Debater com os alunos: Quantidade de países, quantidade de línguas, religiões, etc.

d) Reflexão: Por que as fronteiras são mais “retas” que as dos outros continentes?

2) Na biblioteca ou laboratório de informática:

a) Dividir a sala em grupos e designar alguns países para que os alunos pesquisem: Língua Oficial, Religião Oficial, maioria étnica e data da independência;

b) Pedir para que apresentem o resultado em sala.

c) Fomentar um debate no qual se contraponha os conhecimentos prévios a respeito do continente e os adquiridos. Levantar hipóteses sobre as questões colocadas. Debater com os alunos: Quantidade de países, quantidade de línguas, religiões e etc.

d) Reflexão: Por que as fronteiras são mais “retas” que as dos outros continentes?

3) Em sala, sem recursos digitais:

a) O(A) professor(a) pode dispor de cartões com as seguintes divisões: Diversas religiões e línguas e um mapa grande da África anexado em local visível;

b) Pedir aos alunos que peguem os cartões e os coloquem nos locais onde acham que predomina aquela determinada língua e/ou religião;

c) Fomentar um debate no qual se contraponha os conhecimentos prévios a respeito do continente e os adquiridos. Levantar hipóteses sobre as questões colocadas. Debater com os alunos: Quantidade de países, quantidade de línguas, religiões, etc.

d) Reflexão: Por que as fronteiras são mais “retas” que as dos outros continentes?



Fonte: Mapa Escolar Online do IBGE -

<https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_planisferio_politico_a3.pdf>



 Pequeno Resumo sobre as Independências, esse conteúdo pode ser trabalhado em aulas expositivas:

* As Independências

 Normalmente, quando esse assunto é tratado nos livros didáticos, aparece como “Descolonização dos Países Africanos”. A impressão que fica é a de que, voluntariamente, as potências europeias deixaram de dominar politicamente a África após o fim da Segunda Guerra. No entanto, mesmo em países nos quais a independência foi negociada e ocorreu sem violência, essa foi uma iniciativa dos africanos e não dos colonizadores. Por isso, os processos são de independência e não de descolonização.
 Muitos fatores foram importantes e influenciaram os processos de independência. Um desses fatores foi a própria organização administrativa promovida pelas metrópoles - como parte de um acordo com a ONU em relação ao desenvolvimento dos países africanos, as potências europeias fizeram investimentos – embora muito limitados – na educação e infraestrutura de cada país colonizado. Diante desse processo, uma característica em comum a todas as áreas colonizadas foi a formação de uma elite administrativa composta por africanos negros e brancos e por europeus moradores da África. Os brancos e europeus detinham, de modo geral, direitos de cidadania como voto e direito à propriedade privada. Uma porcentagem muito pequena de africanos nativos era considerada como *meio cidadãos* - tinham alguns poucos direitos de decisão local e enviavam seus filhos para estudar na Europa, em uma tentativa de fazer com que fossem inseridos na elite administrativa. Já a vasta maioria da população convivia com uma série de impedimentos civis, sendo obrigados a responder a estatutos de deveres e pouquíssimos direitos - estatutos que em diversos locais recebeu o nome de *Estatuto do Indigenato.* Esse contexto de privação de direitos favoreceu o nascimento de sentimentos anti-imperialismo e contra o poder das potências europeias na região.

 O contexto político internacional também teve papel importante nesse processo. O início da Guerra Fria levou a um aumento dos projetos socialistas tanto na Europa quanto na África e em outras regiões do globo. Em 1945, ocorre em Manchester, na Inglaterra, o quinto Congresso Pan-Africano. Entre as propostas saídas de lá, a ideia de uma unidade supra-nacional tomou lugar em conjunto com ideias comunistas. Ao mesmo tempo, as ideias de pan-arabismo, iniciadas por Nasser no Egito, também tomavam conta das propagandas desenvolvidas pelos partidos de Libertação Nacional da África Árabe.

 Os países africanos utilizaram vasta gama de estratégias para atingirem suas independências, fator que torna muito difícil uma generalização do processo como um todo, entretanto, ainda é possível elencar alguns elementos comuns. Vale a pena o(a) professor(a) escolher alguns países como exemplos para trabalhar separadamente, tais como Argélia, Angola, África do Sul, Egito, Congo e Marrocos, exemplos de colonização francesa, portuguesa, britânica, belga e espanhola, respectivamente.

 Dentre as estratégias utilizadas houve uma mistura de elementos tradicionais da cultura africana como a tradição guerreira de resistência usada por grupos tribais das zonas rurais. Os guerreiros resistiam aos avanços do colonizador destruindo maquinário, queimando plantações ou utilizando táticas e armas feitas com base nas tradições. A tradição do jihad – que significa *guerra santa -* usada principalmente pelos árabes islâmicos, tinha base no profundo anti-imperialismo e resistência à cultura ocidental, os quais mantiveram a tradição de ensinar árabe aos seus filhos, de manter suas orações em público e guiar suas vidas através da *Sharia,* seu próprio sistema de leis. Os cristãos também acabaram formando setores radicais - os católicos que eram responsáveis pela educação colonial formaram setores de intelectuais anti-imperialistas, enquanto os protestantes permitiram e formaram um clero próprio, negro e africano.

 As lutas por emancipação também tomaram formas diplomáticas de não violência – desde recorrer ao recurso de buscar auxílio na ONU até o uso das línguas e culturas como forma de unificação através de produções literárias, música, teatro e imprensa. Por outro lado, diante da negativa das potências europeias em relação à sua autonomia, a revolta violenta tomou parte da luta emancipatória aparecendo como tática de guerrilha em alguns locais e em outros como revolta aberta - com ataques em áreas urbanas - e o terrorismo.

 Nos países africanos de colonização francesa, com exceção da Argélia, todas as independências foram proclamadas em 1960. Isso ocorreu graças a um conjunto de fatores como a ascensão de De Gaulle à presidência e a exigência de maior participação política por parte dos africanos na vida das colônias e também da metrópole. Alçados à condição de cidadãos franceses durante a guerra, os africanos percebiam que essa condição era apenas ilusória - embora todo o conjunto de países africanos tivesse alguma representação no Congresso Francês, suas exigências, como reforma agrária ou ensino da língua árabe nas escolas, não eram levadas em consideração. Isso aumentou a tensão e alguns locais como a Argélia emprenharam uma luta armada e violenta contra o colonizador. Em crise interna e sofrendo a pressão africana, De Gaulle, em 1960, realiza um plebiscito no qual todos os países africanos de colonização francesa poderiam optar entre continuar como parte da nação e abrir mão da situação de independência ou tornar-se independente e deixar a cidadania francesa. Todos os países do bloco votaram pela segunda opção.

 Os processos mais violentos e com luta armada ocorreram nos países do PALOP – Países Africanos de Língua Portuguesa – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Portugal não era sequer uma potência europeia, sendo extremamente dependente dos outros países e de suas colônias africanas. Desde 1933, era dirigido pelo governo centralizador de António Salazar que implantou uma colonização na qual Igreja e Estado andavam em conjunto e onde menos de 0,3% dos africanos tinham direitos plenos à cidadania. Nesses países, as reivindicações à ONU e a estratégia de negociação com a metrópole não obtiveram êxito. Armados, orientados e ajudados por Cuba, URSS e alguns pela China, os países do PALOP utilizaram da tática de guerrilha tomando primeiro a zona rural em uma crescente luta que durou uma década para chegar ao fim. As guerras nesses países foram tão intensas que os soldados combatentes, ao retornar para Portugal, foram parte importante da queda de Salázar, cujo a falta de apoio popular e a indignação contra o governo foram sintetizados na “Revolução dos Cravos”. À queda do governo totalitário metropolitano, seguiu-se a formalização da independência dos países de colonização portuguesa. No entanto, em locais como Moçambique e Angola, as crises internas entre os partidos revolucionários levaram à Guerras Civis que duraram da independência até a década de 1990.

 Os países de colonização britânica são os que tiveram as maiores variações de estratégias e datas de independência tomando um período que vai de 1910, com a independência formal da África do Sul, até 1980, com a independência do Zimbabué e fim do regime de Apartheid. A Grã-Bretanha mantinha poder político sobre diversos países do globo e era a potência com maior território sobre a África. De modo geral, empreendeu melhoras formais em relação à infraestrutura e educação acordadas com a ONU. Essas reformas, apesar de serem insuficientes para a melhoria de vida do povo, foram capazes de gerar certa abertura política e de contribuir para a formação de elites coloniais negras. O Egito e o Sudão tiveram papel fundamental na emancipação da maioria das colônias inglesas localizadas no norte e centro africanos. O Egito era formalmente independente desde 1922, porém somente em 1952 passou a ser governado por um egípcio após um processo de tomada do poder. A Inglaterra reconheceu sua soberania e permitiu a indexação do Sudão, que optou por fundar sua própria nação. Esses processos fortaleceram a religião islâmica e as identidades árabe e africanas, influenciando o início de processos revolucionários em todos os países próximos.

 Em relação às colônias situadas mais ao sul da África, o processo foi bastante diverso. Mais industrializados do que o norte do continente, com muitos poços de petróleo, minas de diamantes e outros metais preciosos, a região sul era mais valiosa para a Inglaterra. Na África do Sul, independente formalmente desde 1910, a independência real só existiu a partir de 1961, no entanto, a república seguiu dirigida por uma minoria branca de origem europeia que forneceu armamentos e asilo político a contrarrevolucionários de Moçambique, Angola e outros países, o que fez com que atuasse, na prática, como um braço das potências europeias na África. O regime do Apartheid foi derrubado após intensa luta e guerra civil que durou até os anos 80 e tive como principal porta-voz, Nelson Mandela.

 Os africanos foram, portanto, protagonistas de sua emancipação. Seja organizados em próprio território ou no exílio, os movimentos de libertação africanos impuseram aos países colonizadores seu direito à autonomia política, econômica e cultural.

Texto baseado em:

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Editores). **História Geral da África - VIII. África desde 1935.** Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Redação da História Geral da África. Trad. Ministério da Educação e Universidade Federal de São Carlos. UNESCO: Brasília, 2010.

* Obs: Trata-se da primeira coleção feita em âmbito internacional de História da África. Fomentada pela UNESCO. A coleção reúne pesquisadores do mundo todo coordenado por historiadores africanos. Está traduzida em português, desde 2010, pela Ufscar e pode ser baixada completa, os oito volumes, gratuitamente, no endereço abaixo: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/>. Acesso em: agosto de 2018.

## **3ª Etapa:** Questões

Sugere-se, por se tratar de Ensino Médio, a aplicação de algumas questões de fixação, sendo corrigidas posteriormente em conjunto e comentadas pelo(a) professor(a).

1. (FGV) "... em 1955, em Bandung, na Indonésia, reuniram-se 29 (...) países que se apresentavam como do Terceiro Mundo. Pronunciaram-se pelo socialismo e pelo neutralismo, mas também contra o Ocidente e contra a União Soviética, e proclamaram o compromisso dos povos liberados de ajudar a libertação dos povos dependentes..."

A conferência a que o texto se refere é apontada como um:

a) indicador da crise do sistema colonial por representar os interesses dos países que estavam sofrendo as consequências do processo de industrialização na Europa.

b) indício do processo de globalização da economia mundial uma vez que suas propostas defendiam o fim das restrições alfandegárias nos países periféricos.

c) sintoma de esgotamento do imperialismo americano no Oriente Médio, provocado pela quebra do monopólio nuclear a favor dos árabes.

d) sinal de desenvolvimento da economia dos denominados "tigres asiáticos" que valorizou o planejamento estratégico, a industrialização independente e a educação.

e) marco no movimento descolonizador da África e da Ásia que condenou o colonialismo, a discriminação racial e a corrida armamentista.

2. (Fuvest) As resistências à descolonização da Argélia derivaram essencialmente:

a) da reação de setores políticos conservadores na França, associados aos franceses que viviam na Argélia.

b) da pressão das grandes potências que temiam a implantação do fundamentalismo islâmico na região.

c) da iniciativa dos Estados Unidos que pressionaram a França a manter a colônia a qualquer preço.

d) da ação pessoal do general De Gaulle que se opunha aos projetos hegemônicos dos Estados Unidos.

e) da atitude da França que desejava expandir suas colônias, após a Segunda Guerra Mundial.

3. (Fuvest) Portugal foi o país que mais resistiu ao processo de descolonização na África, sendo Angola, Moçambique e Guiné-Bissau os últimos países daquele continente a se tornarem independentes. Isto se explica

a) pela ausência de movimentos de libertação nacional naquelas colônias.

b) pelo pacifismo dos líderes Agostinho Neto, Samora Machel e Amílcar Cabral.

c) pela suavidade da dominação lusitana baseada no paternalismo e na benevolência.

d) pelos acordos políticos entre Portugal e África do Sul para manter a dominação.

e) pela intransigência do salazarismo somente eliminada com a Revolução de Abril de 1974.

4. (Fuvest) Na década de 1950, dois países islâmicos tomaram decisões importantes: em 1951, o governo iraniano de Mossadegh decreta a nacionalização do petróleo; em 1956, o presidente egípcio, Nasser, anuncia a nacionalização do canal de Suez. Esses fatos estão associados

a) às lutas dos países islâmicos para se livrarem da dominação das potências Ocidentais.

b) ao combate dos países árabes contra o domínio militar norte-americano na região.

c) à política nacionalista do Irã e do Egito decorrente de uma concepção religiosa fundamentalista.

d) aos acordos dos países árabes com o bloco soviético, visando à destruição do Estado de Israel.

e) à organização de um Estado unificado, controlado por religiosos islâmicos sunitas.

5. (Puc-Rio) As lutas pela descolonização transformaram profundamente o mapa político mundial na segunda metade do século XX. As alternativas abaixo relacionam características importantes dos Estados nacionais surgidos na África e Ásia ao longo desse período, com EXCEÇÃO de uma. Qual?

a) A maioria dos novos Estados nacionais adotou sistemas políticos e modelos de governo ocidentais inspirados nas experiências de suas metrópoles.

b) Os Estados recém-constituídos conseguiram construir uma identidade política sólida, o que permitiu a organização do movimento dos países "não-alinhados", em Bandung, na Indonésia.

c) Na maioria dos novos países, coube ao Estado tomar para si as tarefas de modernização e crescimento econômico com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional.

d) Nos países em que a independência se realizou por meio de revoluções sociais, os novos Estados tenderam para o modelo soviético.

e) Nos processos de independência conseguidos através de guerras contra as antigas metrópoles, os exércitos nacionais e suas lideranças acabaram por desempenhar um papel de destaque na política nacional dos novos Estados.

6. (Ufmg) "O colonialismo em todas as suas manifestações, é um mal a que deve ser posto fim imediatamente."

Os argumentos dessa reivindicação, expressa na Conferência de Bandung (1955), estavam fundamentados:

a) na Carta das Nações Unidas e Declaração dos Direitos do Homem.

b) na Encíclica "Rerum Novarum" e nas resoluções do Concílio Vaticano II.

c) na estratégia revolucionária do Kominform para as regiões coloniais.

d) na Teoria do Efeito Dominó do Departamento de Estado americano.

e) nas teorias de revolução e imperialismo do marxismo-leninismo.

Fonte: <http://historiacsd.blogspot.com/2011/07/descolonizacao-da-africa-e-da-asia.html>

Gabarito: 1 E – 2 A – 3 E – 4 C – 5 B – 6 A

## **4ª Etapa:** Filmes

 Quando se trata de filmes a respeito da África é preciso ter um certo cuidado. Grande parte da filmografia produzida diz respeito às guerras civis que se seguiram após os processos de independência e uma parte deles acaba reforçando discursos de que o continente sofreu perdas com o fim do domínio estrangeiro, tendo sido preferível manter o empreendimento colonial.

Sugerimos então o filme *A Batalha de Argel.* É um filme documentário italiano, produzido no ano de 1966, apenas quatro anos depois da Guerra de Independência Argelina. Ele conta com cenas reais da batalha e, por isso, tem cenas fortes e um pouco chocantes. No entanto, assistir ao filme pode propiciar um debate a respeito da validade ou da inevitabilidade da luta armada para a conquista da independência.

Dedique uma aula para falar de alguns dos países sugeridos acima de forma específica e prepare seus alunos para assistir ao filme. Lembre-se que se trata de um filme antigo, em preto e branco e documental, por isso mais lento do que as mídias que estamos acostumados a assistir. Essa pode ser uma boa oportunidade para discutir com os alunos sobre a construção dos filmes e mídias que eles consomem – um modo didático e reflexivo de pensar possíveis estranhezas e falta de costume com filmes como o que está aqui indicado.

O filme pode ser assistindo na íntegra pelo YouTube, porém a qualidade está ainda mais baixa. Recomenda-se adquirir uma cópia.

A Batalha de Argél (Itália, 1966, 120 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PB-xK_ViPck>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Para saber sobre a defesa do uso de violência na independência Argelina:

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968. Disponível em: <https://kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

##